

PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR NOS INSTITUTOS FEDERAIS

PERMANENCE AND SCHOOL SUCCESS IN FEDERAL INSTITUTES

Karine Rodrigues Alvarez

IFNMG Montes Claros – Brasil
E-mail: karine.alvarez@ifmg.edu.br

RESUMO

Este artigo visa contribuir com as discussões acerca da temática evasão escolar que tem se apresentado no âmbito das Instituições Federais. Tal motivação se deve, sobretudo, ao fato identificado em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União no qual percebeu-se que a expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica “levou o ensino técnico aonde não chegava, e atendeu a quem nunca foi atendido, porém não chegou com a forma adequada, nem atendeu como se esperava” (FRIGOTTO, 2018, p.302). Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivos identificar a existência de políticas institucionais que visam à permanência e ao êxito escolar nos Institutos Federais (IFs) e verificar quais ações estão sendo desempenhadas com o intuito de combater a evasão e retenção, bem como, promover a permanência e o êxito escolar. Utilizou-se como metodologia a técnica de pesquisa documental com abordagem quali-quantitativa realizando a coleta de dados por vias Institucionais e sistema de dados governamentais. Os resultados apontaram que houve queda no índice das taxas de evasão destas Instituições. Além disso, foi possível identificar que dos 38 IFs, 26 possuem políticas institucionais direcionadas para a permanência e o êxito escolar. Pode-se inferir destes dados que, os IFs têm se mobilizado para reduzir os índices de evasão apresentados, bem como, desenvolvido políticas institucionais direcionadas a permanência e ao êxito escolar. Todavia, deve-se averiguar, de forma mais minuciosa, a aplicabilidade das políticas institucionais a fim de identificar suas influências na redução das taxas de evasão escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Taxas de Evasão. Permanência e Êxito Escolar. Institutos Federais.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the discussions about the school dropout theme that has been presented within the Federal Institutions. This motivation is due, above all, to the fact identified in an audit carried out by the Federal Court of Audit, which found that the expansion of the Federal Network of Professional Scientific and Technological Education “took technical education where it did not reach, and served those who never was met, but did not arrive with the proper form, nor did it meet as expected” (FRIGOTTO, 2018, p.302). In this context, the present study aims to identify the existence of institutional policies aimed at permanence and school success in Federal Institutes (FIs) and to verify what actions are being taken to combat dropout and retention, as well as to promote permanence and school success. The methodology used was the documentary research technique with a qualitative and quantitative approach, performing data collection through institutional channels and government data system. The results showed that there was a drop in the dropout rate index of these institutions. In addition, it was possible to identify that of the 38 IFs, 26 have institutional policies directed towards permanence and school success. It can be inferred from these data that the FIs have been mobilizing to reduce dropout rates presented, as well as developing institutional policies aimed at permanence and school success. However, the applicability of institutional policies should be investigated in more detail in order to identify their influence on reducing dropout rates.

KEYWORDS: Vocational Education. Dropout Rates. Permanence and School Success. Federal Institutes.

1. INTRODUÇÃO

A Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT) tem por intuito promover o desenvolvimento educacional, no Brasil, por meio da oferta de cursos que qualificam profissionais da educação básica à pós-graduação. Decorrido mais de 100 anos de sua criação, possui atualmente 647 campi, distribuídos por todo o Brasil, ofertando quase 12 mil cursos (PNP, 2019). Devido a sua atuação, a RFEPCT é reconhecida, socialmente, como uma política de grande relevância para o país, tendo em vista que capacita seus alunos, com conhecimentos diferenciados, tornando-os aptos a atuarem em diferentes setores da economia. Além disso, as Instituições que compõem a Rede Federal atuam estrategicamente para que os cidadãos tenham efetivo acesso às oportunidades de empregos qualificados e às conquistas científicas e tecnológicas da sociedade (TCU, 2012).

O marco do crescimento e expansão destas Instituições ocorreu em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais e prevê a missão destas Entidades alinhando ensino, pesquisa e extensão. Ressalta-se que “o aumento de campi, permitiu expandir a oferta de educação profissional e interiorizá-la em todo o país, oportunizando o desenvolvimento tecnológico, econômico e social às diversas comunidades” (MEC, 2016, p.7).

Entretanto, dados coletados em auditoria realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU),

nos anos de 2011 e 2012, demonstraram que a expansão e crescimento da RFEPCT “levou o ensino técnico aonde não chegava, e atendeu a quem nunca foi atendido, porém não chegou com a forma adequada nem atendeu como se esperava” (FRIGOTTO, 2018, p.302).

Estas observações decorreram, sobretudo, a partir da constatação de elevados índices de evasão escolar, pois, estes se apresentaram como um grande desafio para se “Ofertar ensino, público, gratuito e de qualidade”. Soma-se a isso o fato de a evasão escolar, na RFEPCT, ter interferência direta nos aportes financeiros para estas Instituições, tendo em vista que os orçamentos estão vinculados ao número de estudantes matriculados (IFMG, 2017).

Diante dos fatores contextualizados, o Ministério da Educação (MEC) instituiu um Grupo de Trabalho para realizar o levantamento das causas da evasão e retenção, e elaborar um manual de orientação para o combate e controle destes índices. Sendo assim, foi publicado, em 2014, o “Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”. Com o intuito de incentivar a implementação dessas orientações, em 2015, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), publicou a Nota Informativa 138 (MEC, 2015) que direcionava as Instituições da Rede Federal para a construção dos Planos Estratégicos Institucionais de Permanência e Êxito dos Estudantes, cujos principais objetivos se propõem a diminuir os índices de evasão e retenção dos alunos, promover ações que garantem à democratização do acesso à educação, bem como, fortalecer a atuação destas Instituições.

Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivos identificar a existência de políticas institucionais que visam à permanência e ao êxito escolar, nos Institutos Federais de Educação Profissional Científica e Tecnológica, e verificar quais ações estão sendo desempenhadas com o intuito de combater a evasão e retenção, bem como, promover a permanência e o êxito escolar.

2. DESENVOLVIMENTO

a) Referencial Teórico

- Conceito de evasão escolar;

A evasão escolar, na Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, tem ganhado relevância nos debates Institucionais com vistas a propor soluções para minimizar os altos índices identificados. Mesmo porque, segundo Lobo (2012), o fenômeno da evasão escolar é visto como um dos maiores empecilhos para se promover a capacitação profissional. Santana (1996) destaca que, a evasão escolar se configura como um dos maiores e mais preocupantes desafios do sistema educacional, pois é fator de desequilíbrio, desarmonia e desajustes dos objetivos educacionais pretendidos (SANTANA, 1996 *apud* MEIRA, 2015, p; 29). Ademais, nota se que a evasão e a repetência apresentam-se como problemas generalizados, dos quais “se relacionam aos fatores políticos, ideológicos, sociais, econômicos, psicológicos e pedagógicos” (HADDAD, 2002, p.89). Corroborando com este entendimento, Dore e Luscher (2011, p. 776) afirmam que a evasão é influenciada por um conjunto de fatores que se relacionam tanto ao estudante e a sua família quanto à escola e a comunidade em que vivem.

Ao analisarmos a evasão escolar no contexto da educação profissional, outros fatores tornam-se relevantes como a não obrigatoriedade deste nível de ensino;

A não obrigatoriedade desse nível de ensino tem consequências significativas sobre o fenômeno da evasão, levando alguns pesquisadores do assunto a distinguir três dimensões conceituais indispensáveis à investigação do abandono escolar: 1) níveis de escolaridade em que ela ocorre, como a educação obrigatória, a educação média ou a superior; 2) tipos de evasão, como a descontinuidade, o retorno, a não conclusão definitiva, dentre outras; 3) razões que motivam a evasão como, por exemplo, a escolha de outra escola, um trabalho, o desinteresse pela continuidade de estudos, problemas na escola, problemas pessoais ou problemas sociais (JORDAN, LARA, MCPARTLAND, 1996, *apud* DORE E LUSCHER, 2011, p. 775).

Além disso, as autoras destacam outras perspectivas de análises, quer seja pela modalidade de ensino, quer seja pela metodologia utilizada ou pela própria definição do conceito de evasão:

a compreensão das pesquisas na educação profissional de nível médio brasileira é ainda mais difícil, visto que o estudante pode escolher um curso em uma determinada área, interrompê-lo e mudar de curso, mas permanecer na mesma área ou no mesmo eixo tecnológico; pode mudar de curso e de área/eixo ou, ainda, permanecer no mesmo curso e mudar apenas a modalidade do curso (integrado, subsequente ou concomitante) e/ou a rede de ensino na qual estuda. Ou ainda ele pode interromper o curso técnico para ingressar no ensino superior e, até mesmo, abandonar definitivamente qualquer proposta de formação profissional no nível médio (DORE E LUSCHER, 2011 *apud* COELHO, 2014, p. 30).

Soma-se, a estes aspectos, o fato apontado por Meira (2015) no qual alguns pesquisadores consideram a utilização de conceitos uniformes, na abordagem de processos heterogêneos, relacionados a evasão;

Parcela significativa do que chamamos de evasão, no entanto, não é exclusão, mas mobilidade, não é fuga, mas busca, não é desperdício, mas investimento, não é fracasso – nem do aluno, nem do professor, nem do curso ou da instituição – mas tentativa de buscar o sucesso ou a felicidade, aproveitando as revelações que o processo natural do crescimento dos indivíduos faz sobre suas reais potencialidades (RISTOFF, 1995 *apud* MEIRA, 2015, p; 31).

Ademais, destaca-se o conceito apresentado por Cardoso (2008 *apud* Meira, 2015) de “evasão aparente” e “evasão real” no qual se considera os aspectos de troca de um curso para outro curso como mobilidade; e a evasão como desistência definitiva do curso no qual se estava matriculado.

Por fim, Tinto (1975) salienta que “a evasão deve ser vista como um fenômeno complexo e não um problema comum, uma vez que compromete o efetivo do direito à educação de qualidade para todos” (TINTO, 1975 *apud* VIEIRA et al., 2017, p.9).

Neste sentido, buscou-se contribuir com as discussões, acerca da temática permanência e êxito escolar, investigando os índices de evasão escolar dos Institutos Federais, bem como, a

promoção de políticas institucionais que versem sobre permanência e êxito e combate e controle da evasão e retenção escolar.

- Evasão escolar no âmbito do Ministério da Educação (MEC);

Tendo em vista as referências bibliográficas, metodológicas e a coleta de dados, adotou-se, neste estudo, os conceitos de evasão, retenção e êxito, apresentados pelo MEC:

A evasão decorre do desligamento do estudante de um curso, caracterizada em diversas situações, tais como: abandono, pedido de cancelamento de matrícula, transferência interna ou externa e, neste caso, não há mais qualquer vínculo de matrícula do estudante com a instituição. Já a retenção, consiste da não conclusão do curso no período previsto, fator concorrente para o aumento da evasão. Ressalta-se que os discentes retidos são os que mantêm o vínculo de matrícula ativo, mas não concluirão o curso no tempo previsto. Por fim, o êxito ocorre quando o discente conclui o curso no tempo previsto pelo Projeto Pedagógico do Curso (MEC/SETEC, 2016).

Por conseguinte, nos cálculos das taxas de evasão considerou-se a fórmula utilizada no cálculo dos índices apresentados na Plataforma Nilo Peçanha; a saber; **Taxa de evasão (TE) = (matrículas finalizadas evadidas ÷ matrículas atendidas) x 100.**

Sendo que, as matrículas finalizadas evadidas correspondem aquelas das quais se mudou o status para **Evadido**, **Desligado** ou **Transferido**. Por sua vez as matrículas atendidas correspondem aquelas que estiveram **Em curso** no período analisado (MEC, 2016).

b) Objetivos

O presente artigo tem por objetivo identificar a existência de políticas institucionais que visam à permanência e ao êxito escolar nos Institutos Federais de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

c) Metodologia

Utilizou-se como metodologia a técnica de pesquisa documental com abordagem quali-quantitativa. A pesquisa documental “tem como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI & LAKATOS, 2017, p.190). Para Duarte, a análise documental “compreende a identificação, a verificação e a apreciação de documentos para determinado fim. No caso da pesquisa científica, é, ao mesmo tempo, método e técnica” (DUARTE, 2005, p.272).

Além disso, destaca-se que o delineamento dos registros documentais pode ser “[...] fundamental para a qualidade do processo decisório, à medida que este implica em uma cadeia complexa de decisões tomadas por diversos atores, em diferentes arenas políticas, relativas à formulação e implementação de estratégias, provisão e qualificação de recursos” (LINDBLUM, 1981, p. 10).

Com o intuito de atender aos objetivos propostos, buscou-se a evidenciação de informações, por meio da extração de dados correspondentes as taxas de evasão nos Institutos Federais (IFs), disponibilizadas na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), e obtidos por meio do Sistema Eletrônico de Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

A Plataforma Nilo Peçanha caracteriza-se como um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas das instituições que compõem a Rede Federal, pois disponibiliza as informações que fundamentam o cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (MEC, 2018).

Por sua vez, o e-SIC permite que qualquer pessoa encaminhe pedidos de acesso à informação a qualquer órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, além de possibilitar o acompanhamento e cumprimento do prazo de resposta; consultar as respostas recebidas; entrar com recursos; apresentar reclamações; entre outras ações (BRASIL,2016).

Posto isto, no início do segundo semestre de 2019, cadastrou-se o pedido no e-SIC, para cada um dos 38 IFs, cuja solicitação buscava verificar quais ações estão sendo desempenhadas, nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, com o intuito de combater a evasão e retenção, bem como, promover a permanência e êxito escolar dos discentes. Para tanto, utilizou-se três documentos oficiais para a contextualização da demanda;

- O relatório da Auditoria operacional Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. TCU - Tribunal de Contas da União. Brasília, 2013.
- O Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. MEC – Ministério da Educação. Brasília. 2014.
- A nota Informativa número 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC. MEC – Ministério da Educação. Brasília. 2015.

Posteriormente as Instituições foram convidadas a responder as perguntas;

1. A Instituição tem conhecimento dos três documentos apresentados?
2. Quais ações foram ou estão sendo desempenhadas, na Instituição, com o intuito de combater a evasão e retenção, bem como, promover a permanência e êxito escolar dos discentes?
3. Quais os resultados advindos das ações desenvolvidas?

A análise dos dados considerou as respostas encaminhadas até o início de outubro de 2019, totalizando 33 Instituições das 38 investigadas.

3. RESULTADOS

3.1 Índices de evasão identificados nos Institutos Federais

A coleta de dados, referente aos índices de evasão nos IFs, foi realizada com o auxílio da PNP, cujos dados são contabilizados de abril a abril e se referem, respectivamente, ao ano base 2017 e 2018.

A representação das informações coletadas foi agrupada por regiões geográficas, compreendendo o quantitativo de 38 IFs, conforme a Tabela 1.

Região Geográfica	Quantitativo de IFs	Taxa de evasão PNP	
		2018	2019
Centro-Oeste	5	21,3%	22,4%
Nordeste	11	20,8%	17,1%
Norte	7	27,4%	15,2%
Sudeste	9	28,3%	20,9%
Sul	6	24%	20,5%
Média Nacional	38	24,2%	19,1%

Tabela 1: Taxa de evasão nos Institutos Federais (IFs), ano base 2017 e 2018.
Fonte: Dados da Plataforma Nilo Peçanha (MEC, 2019).

Observa-se que houve um declínio de 5,1% na média nacional, derivada da redução identificada em quatro das cinco regiões analisadas. Destaca-se, também, a redução considerável da taxa de evasão na região Norte que obteve queda de 12,2%. Ademais, nota-se que, com exceção do Centro-oeste, as regiões obtiveram queda acima de 3% no índice analisado.

3.2 Políticas institucionais que visam à permanência e ao êxito escolar nos Institutos Federais de Educação Profissional Científica e Tecnológica

Com relação ao desenvolvimento de políticas institucionais, que promovem a permanência e o êxito e/ou o combate e controle da evasão e retenção escolar, a coleta de dados se deu por meio do e-SIC, no qual obteve-se um retorno de 33 dos 38 IFs; ou seja, 87% das Instituições. As respostas obtidas foram, quase em sua totalidade, elaboradas pela Pró-Reitoria de Ensino. Os IFs demonstraram-se solícitos e receptivos com as demandas apresentadas.

Percebe-se que as orientações elaboradas pelo TCU e pelo MEC são de conhecimento de todas as Instituições que responderam a demanda.

Dos 33 IFs que responderam ao e-SIC, 26 (78,8%) possuem políticas institucionais direcionadas para a permanência e êxito escolar, conforme apresentado no Gráfico 1.

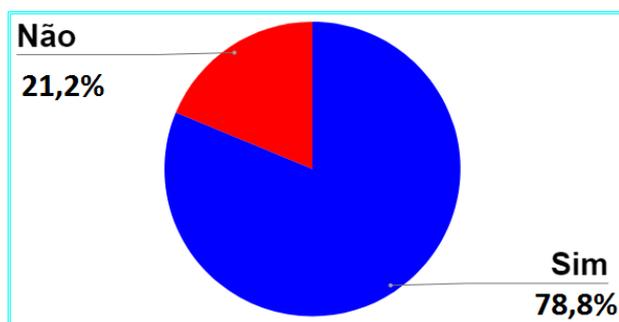


Gráfico 1 - Existência de um Plano de permanência e êxito ou documento similar.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os IFs, que não citaram a existência de uma política institucional, relataram ações, descritas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ou documento similar, cuja finalidade é o combate e controle das taxas de evasão escolar.

4. CONCLUSÕES

De acordo com a literatura apresentada, existem diversos fatores que interferem na permanência e no êxito escolar, tais fatores podem ocasionar a reprovação e consequentemente a evasão escolar. Posto isto, acredita-se que as Instituições e a comunidade escolar, demandam por ações concretas e específicas que possam atuar nesses fatores de modo a diminuir os índices de reprovação e evasão escolar.

A partir dos dados da pesquisa, foi possível inferir que, os IFs têm se mobilizado para atender aos preceitos do TCU, se observadas às reduções nos índices de evasão apresentados. Além disso, mais de 68% das Instituições desenvolveram políticas institucionais direcionadas a permanência e ao êxito escolar.

Todavia, deve-se observar que, a existência de uma política e a redução nas taxas de evasão, não são suficientes para afirmar sua aplicabilidade e eficiência a ponto de serem consideradas promotoras do êxito escolar.

Sendo assim, ressalta-se a necessidade de averiguar como as ações previstas nas Políticas Institucionais têm sido de fato, aplicadas e em que medida pode-se considerá-las exitosas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **e-SIC Manual do SIC**. CGU – Controladoria da União. Ano: 2016. Disponível em: <<https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/MANUAL%20e-SIC%20-%20GUIA%20DO%20SIC.pdf>> Acesso em: 12 Dez.2018.

COELHO, A. J. D. P. **Permanência e Abandono Escolar na Educação Profissional: um estudo sobre Instituições Federais de Joinville Jaraguá do Sul**. 225f. Dissertação (Mestrado em

Tecnologia) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. **Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais**. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 144, p. 772-789, 2011.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Método e técnica de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FRIGOTTO, G. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018.

HADDAD, S. **Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002.

IFMG. **Manual do orçamento ano 2017: Simplificando o Orçamento do IFMG Pró-Reitoria de Administração e Planejamento**. Belo Horizonte, 2017.

LINDBLOM, Charles Edward. **O processo de decisão política**. Brasília, DF: UNB, 1981.

LOBO, M. B. de C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. ABMES Cadernos. Brasília, set./dez. 2012.

MARCONI Marina de Andrade e LAKATOS. Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEC – Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília. 2014.

_____. **Nota Informativa número 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC, de 10 de julho de 2015**. Disponível em <138-2015-dpe-ddr-setec-mec>. Acesso em: 08 Dez.2018.

_____. **Manual para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – 2.0: Indicadores, definições, fórmulas de cálculo e critérios de agregação**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

_____. MEC/SETEC. **Plataforma Nilo Peçanha: Ano Base 2017 e 2018**. Disponível em: <<http://resultados.plataformanilopecanha.org/2018/>>. Acesso em 15 abr.2019.

MEIRA, C. A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo**. Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil: 2015.

TCU - Tribunal de Contas da União. **Auditoria operacional Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2013.

VIEIRA, A. C. F.; GALLINDO, E. de L.; CRUZ, H. A. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2017.